



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

DESPACHO N.º 127/2020

Plano de Contingência - Serviços mínimos presenciais no *campus* universitário de Ponta Delgada

Considerando:

Que se mantém a situação pandémica associada à propagação do novo coronavírus SARS-CoV-2 e, por conseguinte, o risco de infeção e desenvolvimento da COVID-19;

A declaração do fim do Estado de Emergência em Portugal, as decisões do Governo da República quanto ao levantamento gradual das medidas restritivas e as recomendações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para o caso do ensino superior;

Os termos da resolução do Governo Regional dos Açores que determina a reabertura dos serviços públicos na Região Autónoma dos Açores, mais concretamente, na ilha de S. Miguel, a 25 de maio;

O Plano de Contingência para o novo coronavírus da Universidade dos Açores (UAc) que, mantendo o teletrabalho como o regime laboral, prevê a abertura de serviços mínimos em todos os *campi* universitários para que se possa decidir, posteriormente, sobre a retoma de algumas atividades letivas, ao nível dos ensinos clínicos e dos estágios profissionais, e de investigação;

Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas z) e ab) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 78.º dos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 29 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, e no seguimento do disposto no Plano de Contingência (V.3.0), fixam-se as seguintes disposições específicas para a disponibilização de serviços mínimos presenciais nas instalações do *campus* universitário de S. Miguel:

1. O acesso ao *campus* faz-se exclusivamente pelo portão principal da Rua Mãe de Deus e mantém-se condicionado, estando sujeito a autorização prévia do Centro de Resposta a Emergências (CRE).
2. Excetua-se do disposto no ponto anterior o acesso à Biblioteca, Arquivo e Museu, que se fará pela porta N da Rua de S. Gonçalo nos termos e para os efeitos previstos no presente despacho.
3. As autorizações para o acesso ao *campus* podem ser:
 - a) **Gerais**, incluindo sábados, domingos e feriados, a qualquer hora;
 - b) **Permanentes**, todos os dias úteis, entre as 8 horas e as 20 horas;
 - c) **Regulares**, quando decorrentes do cumprimento do horário de trabalho semanal, ou correspondentes a ações que se repetem periodicamente em determinados dias úteis e horas;
 - d) **Pontuais**, se destinadas à realização de tarefas não repetíveis.
4. É obrigatória a prática de todas as medidas de proteção individual e coletiva previstas no Plano de Contingência em vigor.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

5. A vice-reitora para a Comunicação, Relações Externas e Internacionalização supervisiona a implementação do Plano de Contingência no *campus* de Ponta Delgada, competindo-lhe:
 - a) Gerir o fundo de maneo que lhe for concedido para a gestão do Plano de Contingência;
 - b) Distribuir o equipamento de proteção individual a todos os membros da comunidade académica, quando aplicável;
 - c) Acompanhar a instalação progressiva dos equipamentos de higienização;
 - d) Garantir a afixação de todos os avisos relacionados com as questões de segurança individual e coletiva.
6. Têm autorização geral para aceder às instalações:
 - a) A equipa reitoral;
 - b) O administrador;
 - c) A diretora executiva dos SASE;
 - d) O diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu;
 - e) A diretora de serviços da reitoria.
7. Têm autorização permanente para aceder às instalações:
 - a) Os presidentes e diretores das unidades orgânicas;
 - b) Os diretores das unidades de investigação;
 - c) Os diretores de serviço.
8. Estabelecem-se como serviços mínimos presenciais, a funcionar no horário estabelecido para o efeito pelo serviço competente:
 - a) O controlo de acessos e segurança de pessoas, viaturas e outros bens, o qual é garantido pelo vigilante na portaria do *campus* que, diariamente, regista todas as entradas no campus e submete o relatório de ocorrências ao gabinete da reitoria;
 - b) A limpeza regular dos anfiteatros e espaços comuns, incluindo átrios, escadas e elevadores, assim como dos gabinetes, salas de aula e laboratórios indicados para o efeito através de sinalética própria;
 - c) A receção e distribuição de correspondência interna e externa, incluindo a recolha e entrega de documentos ou encomendas aos serviços que mantêm a sua atividade de atendimento em regime de teletrabalho;
 - d) O atendimento e distribuição de chamadas através da central telefónica;
 - e) As portarias dos edifícios e o atendimento geral ao nível dos secretariados dos serviços com atividades abertas;
 - f) A recuperação, beneficiação e manutenção de instalações, infraestruturas e equipamentos de utilização comum;
 - g) Os trabalhos de jardinagem e a manutenção de espaços exteriores, incluindo parques de estacionamento e arruamentos;
 - h) A gestão de *stocks* e distribuição de consumíveis, da responsabilidade da Administração;
 - i) A biblioteca, da responsabilidade do diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu, que estará aberta aos estudantes da Universidade mediante inscrição e reserva de espaço no portal de serviços, e



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REITORIA

- que funcionará prioritariamente como espaço para os estudantes poderem acompanhar as atividades letivas de ensino à distância, incluindo avaliações;
- j) O serviço de bar e o serviço de refeições em regime de *take-away*, da responsabilidade dos Serviços de Ação Social Escolar.
9. Ainda no âmbito dos serviços mínimos presenciais, em Ponta Delgada mantém-se em funcionamento o alojamento na Residência Universitária das Laranjeiras, cabendo aí à diretora executiva dos Serviços de Ação Social Escolar as competências descritas no ponto 5 do presente despacho.
10. Os trabalhadores indicados pelos respetivos responsáveis para o desempenho de serviços mínimos presenciais devem apresentar-se ao serviço, exceto se remeterem ao Serviço de Recursos Humanos:
- a) Atestado médico;
 - b) Declaração médica que comprove a sua condição de pessoa pertencente a um grupo de risco para a COVID-19, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 85-A, de 1 de maio de 2020, incluindo a Declaração de Retificação n.º 18-C/2020, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 87, de 5 de maio;
 - c) Comprovativo de que se encontram ao abrigo de qualquer outra legislação geral ou específica para a situação de pandemia gerada pelo novo coronavírus.
11. As entidades associadas da UAc e sediadas no polo de Ponta Delgada podem requerer ao CRE pedido de autorização para procederem à instalação dos seus serviços mínimos, estando sujeitas às obrigações decorrentes do Plano de Contingência e do presente despacho.
12. Qualquer pessoa autorizada a entrar no *campus* universitário está impedida de o fazer caso suspeite poder ter contraído a doença COVID-19, ou tenha informação de ter estado em contacto com pessoa infetada, suspeita de estar infetada ou chegada à Região há menos de 15 dias, devendo, em qualquer das circunstâncias, disso dar conhecimento ao CRE através do endereço de correio eletrónico reitoria.cre@uac.pt.
13. O presente despacho pode ser suspenso, na sua totalidade ou em parte, a qualquer momento, caso a situação em termos de saúde pública assim o justifique, ou por razões de eficiência dos serviços.
14. Mediante despacho reitoral específico, seguir-se-á a instalação gradual dos serviços de investigação, incluindo apoio técnico laboratorial, doutoramentos, mestrados, serviços e projetos de I&D.

O Reitor